

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672590498>

O Estado brasileiro e a acumulação fundiária no Nordeste sucroalcooleiro: o caso da usina Santa Maria

*The Brazilian State and land accumulation in the sugar and alcohol
Northeast: the case of the Santa Maria plant*

*L'État brésilien et l'accumulation de terres dans le nord-est du sucre et de
l'alcool: le cas de l'usine de Santa Maria*

*El Estado brasileño y la acumulación de tierras en el Nordeste azucarero y
alcoholero: el caso de la usina de Santa María*

 **Caterine Soffiati Cabral**
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

 **Patrícia Alves Ramiro**
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

Nesse artigo daremos enfoque ao papel relevante desempenhado pelo Estado brasileiro para garantir a implantação da usina Santa Maria no início da década de 1930 e, especialmente, sua expansão fundiária durante a segunda metade da ditadura militar (1964-1985) através de recursos do Programa Nacional do Alcool (Proálcool). O caso analisado é bastante representativo de tais relações estatais e proprietários de terras no Nordeste do Brasil. Foi instalada, em 1931, por Francisco de Assis Pereira de Mello e vendida, em 1952, para Solon Lyra Lins, que a comandou até o período de sua falência em 1992. A análise realizada através do uso de documentos do setor administrativo da usina Santa Maria e com base em dados secundários sobre a produção de açúcar e de álcool, demonstra o processo de ampliação e acumulação de capital objetivado, essencialmente, em patrimônio fundiário durante a direção de seu segundo proprietário. Em seguida, as terras, outrora adquiridas com subsídios e créditos estatais, foram desapropriadas pela União a partir de 1997 para fins de reforma agrária, servindo, dessa maneira, como um caso ímpar para compreensão de contextos de mudança estrutural que fez do latifúndio da plantation canavieira, dez assentamentos rurais.

Palavras-chave: usina; Nordeste; patrimônio fundiário; Estado; Santa Maria.

Abstract: In this article we will focus on the relevant role played by the Brazilian State in guaranteeing the implementation of the Santa Maria plant in the early 1930s and, especially, its land expansion during the second half of the military dictatorship (1964-1985) through resources from the National Program of Alcohol (Proálcool). The case analyzed is quite representative of such state and landowner relations in Northeast Brazil. It was installed in 1931 by Francisco de Assis Pereira de Mello and sold in 1952 to Solon Lyra Lins, who ran it until its bankruptcy in 1992. The analysis carried out using documents from the administrative sector of the Santa plant Maria and based on secondary data on the production of sugar and alcohol, demonstrates the process of expansion and accumulation of capital aimed, essentially, at land assets during the direction of its second owner. Subsequently, the lands, once acquired with state subsidies and credits, were expropriated by the Union from 1997 onwards for the purposes of agrarian reform, thus serving as a unique case for understanding the contexts of structural change that made the plantation large estates sugarcane plantation, ten rural settlements.

Keywords: plant; North East; land heritage; State, Santa Maria.

Résumé: Dans cet article, nous nous concentrerons sur le rôle important joué par l'État brésilien en garantissant la mise en œuvre de l'usine de Santa Maria au début des années 1930 et, en particulier, son expansion foncière pendant la seconde moitié de la dictature militaire (1964-1985) grâce à des ressources du Programme National d'Alcool (Proálcool). Le cas analysé est tout à fait représentatif de ces relations entre l'État et les propriétaires fonciers dans le nord-est du Brésil. Elle a été installée en 1931 par Francisco de Assis Pereira de Mello et vendue en 1952 à Solon Lyra Lins, qui l'a dirigée jusqu'à sa faillite en 1992. L'analyse a été réalisée à partir de documents du secteur administratif de l'usine Santa Maria et à partir de données secondaires sur la production de sucre et d'alcool, démontre le processus d'expansion et d'accumulation de capital visant essentiellement les biens fonciers sous la direction de son deuxième propriétaire. Par la suite, les terres, une fois acquises grâce à des subventions et des crédits de l'État, ont été expropriées par l'Union à partir de 1997 à des fins de réforme agraire, constituant ainsi un cas unique pour comprendre les contextes de changement structurel qui ont fait des grandes plantations de canne à sucre de la plantation, dix établissements ruraux.

Mots-clés: usine; Nord-Est; patrimoine foncier; État; Santa Maria.

Resumen: En este artículo nos centraremos en el papel relevante desempeñado por el Estado brasileño para garantizar la implementación de la planta de Santa María a principios de la década de 1930 y, especialmente, su expansión territorial durante la segunda mitad de la dictadura militar (1964-1985) a través de recursos del Programa Nacional de Alcohol (Proálcool). El caso analizado es bastante representativo de dichas relaciones entre el Estado y los terratenientes en el Nordeste de Brasil. Fue instalado en 1931 por Francisco de Assis Pereira de Mello y vendido en 1952 a Solon Lyra Lins, quien lo dirigió hasta su quiebra en 1992. El análisis se realizó a partir de documentos del sector administrativo de la planta Santa María y con base en datos secundarios sobre la producción de azúcar y alcohol, demuestra el proceso de expansión y acumulación de capital dirigido, esencialmente, al patrimonio territorial durante la dirección de su segundo propietario. Posteriormente, las tierras, una vez adquiridas con subsidios y créditos estatales, fueron expropiadas por la Unión a partir de 1997 con fines de reforma agraria, sirviendo así como un caso único para comprender los contextos de cambio estructural que hicieron de las grandes propiedades cañeras, diez asentamientos rurales.

Palabras-clave: planta; Nordeste; patrimonio territorial; Estado; Santa María.

Introdução

Desde 2017, desenvolvemos pesquisas na região do Brejo paraibano¹, Nordeste do Brasil, visando dar conta das intensas transformações pelas quais o lugar vem passando, especialmente após a falência da usina Santa Maria, cuja sede ficava no município de Areia (Ramiro, 2021). Guiadas por uma análise relacional daquele espaço social (Bourdieu, 2008), nos atentamos tanto para as camadas populares, quanto para parte das elites locais. No primeiro caso o enfoque tem sido no processo de reconversão social de trabalhadores do setor canavieiro que passam à condição de assentados em áreas de reforma agrária nas terras da usina que foram desapropriadas pelo Estado (Ramiro, 2022). No segundo, temos nos debruçado sobre os agentes sociais da classe dominante, em especial os usineiros (Soffiati, 2022) e outros que investem atualmente no processo de valorização simbólica da cachaça de alambique (Parpet, Ramiro, 2018).

Nesse artigo² daremos enfoque ao papel relevante desempenhado pelo Estado brasileiro para garantir a implantação da usina Santa Maria no início da década de 1930 e, especialmente, seu crescimento durante a segunda metade da ditadura militar (1964-1985). Compreendemos que analisar somente a participação do Estado não é suficiente para ampla compreensão do processo de reprodução dessa elite agrária, pois, como nos mostram as pesquisas de Monique de Saint-Martin (1993), tais estudos devem ser pensados de maneira multidimensional, levando em consideração os diferentes capitais que podem ser acionados por esses agentes. Nesse sentido, ressaltamos que a participação estatal é apenas um recorte e que se trata de uma pesquisa que está avançando, na qual outras dimensões³ também serão investigadas, com base em diferentes metodologias (genealogias, coleta de depoimentos com parentes, antigos funcionários, operários/as, trabalhadores/as agrícolas, entre outras) que possam nos auxiliar para compreensão mais ampla das condições objetivadas que serão aqui detalhadas através do capital fundiário e industrial acumulado pelos usineiros.

O caso analisado é bastante representativo de tais relações estatais e proprietários de terras no Nordeste do Brasil. Foi instalada, em 1931, por Francisco de Assis Pereira de Mello, e vendida em 1952 para Solon Lyra Lins, que a comandou até o período de sua falência em 1992, e posterior processo de desapropriação de suas terras pela União a partir de 1997⁴.

¹ Pesquisas desenvolvidas por pesquisadores/as vinculados/as ao projeto de pesquisa “Reconfigurações sociais no espaço social do Brejo paraibano no século XXI”, coordenado por Patrícia A. Ramiro que contou com apoio financeiro da Chamada interna produtividade em pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB (Edital nº 03/2020) e conta com apoio da Fundação de Apoio à pesquisa do estado da Paraíba/FAPESQ (Edital nº09/2021- DEMANDA UNIVERSAL) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNCT nº 18/2021- UNIVERSAL). A presente pesquisa também conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da concessão de bolsa de doutorado para Catherine Soffiati, processo 88887.830950/2023-00, e do Edital CNPq Nº 26/2021 através da concessão de bolsa de doutorado sanduíche no exterior, realizado no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (IHEAL), na Université Sorbonne Nouvelle.

² Agradecemos imensamente à Afrânio Garcia Jr., não apenas pela sua inspiração para essa pesquisa, mas pela leitura atenta do texto da dissertação de Catherine Soffiati Cabral (2022), da qual esse texto representa uma parte.

³ Tese de doutorado em andamento, realizada por Catherine Soffiati com orientação de Patrícia Ramiro.

⁴ De acordo com Ramiro (2022), cerca de 4.031 hectares de terras que pertenciam à usina Santa Maria foram reconvertidos em dez assentamentos rurais de reforma agrária, que juntos abrigam aproximadamente 420 famílias. No município de Areia foram implementados os assentamentos Esperança, União e Socorro, no município de Pilões os assentamentos Veneza, São Francisco, Santa Maria e Redenção, no município de

Para alcançar os objetivos propostos utilizamos a pesquisa documental, sobre a qual convêm fazermos algumas considerações iniciais. A análise que se seguirá foi realizada a partir de documentos que compõem o Acervo Documental da Agroindústria Canavieira da Paraíba⁵, que é constituído de documentos que foram encontrados após dois anos de pesquisa de campo individual e coletiva na região. Os documentos estavam abandonados na antiga sede administrativa da usina Santa Maria, na zona rural do município de Areia, que foi leiloadada em decorrência de dívidas trabalhistas, em 2004, pelo Ministério do Trabalho. Arrematado por um filho de eletricitista que trabalhou para usina, possuía, em uma sala com armários de madeira, milhares de documentos do setor de recursos humanos e administrativos.

Cientes da riqueza histórica e seu caráter inovador que articulam análises históricas, sociológicas e antropológicas⁶ sobre o setor usineiro, a documentação vem recebendo práticas para sua conservação e futura divulgação⁷. Concomitante ao processo de tratamento dos documentos, algumas pesquisas já estão sendo realizadas com base nesse material, como é o caso dos processos trabalhistas que ali estavam (Bernardo, 2024; Bernardo; Ramiro, 2024), da análise das fichas de registro de mais de sete mil trabalhadores/as⁸ e das certidões de compra de propriedades, as quais são fonte privilegiada neste trabalho. Tal contextualização é importante, não como mera formalidade, mas para inserir o/a leitor/a no processo de construção original dos documentos utilizados que, em nada se assemelham aos propósitos dessa pesquisa. Criados para oficializar contratos de compras e de arrendamentos de propriedades, ora em nome da usina, ora em nome de seu proprietário, registram o tipo de direito às propriedades, bem como descrevem as partes envolvidas, além da data de registro e localidade, com informações sobre a área ocupada e benfeitorias existentes na data da relação comercial estabelecida.

Além destas certidões, localizamos também alguns balanços da produção açucareira e alcooleira que aqui nos auxiliam, concomitantemente com dados secundários de outras fontes a pensar a relação entre a produção local, regional e nacional de açúcar e de álcool. Tais dados secundários foram obtidos sobretudo nas revistas “Brasil Açucareiro” e “Anuário Açucareiro”, que eram importantes meios de comunicação do setor sucroalcooleiro nacional, cujas publicações iniciaram no ano de 1935 (Vian; Corrente, 2007). As publicações eram coordenadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) criado pelo Governo Federal, através do Decreto n. 22.789, de 01/06/1933, com o encargo de dirigir e controlar a produção de

Alagoinha o assentamento Tabocal e no município de Serraria os assentamentos Cajazeiras e Campo Verde II.

⁵Atualmente, o acervo está no Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a guarda do projeto de pesquisa “Reconfigurações sociais no espaço social do Brejo paraibano no século XXI”, em fase de digitalização e catalogação. Segundo estimativa documental, há cerca de dez mil documentos, envolvendo questões diversas, tais como: produção sucroalcooleira, propriedades compradas e arrendadas até milhares de fichas de registro de trabalhadores/as.

⁶ Sobre o potencial de análises combinadas entre as áreas, em especial, a etnografia e a sócio-história conferir Pasquali (2018).

⁷ Para tanto, nos baseamos na Lei de Arquivos nº 8159 de 1991 que dispõe sobre arquivos privados de interesse público. Os documentos doados formam atualmente o Acervo Documental da Usina Santa Maria, que está no Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, sob a guarda do projeto de pesquisa intitulado “Reconfigurações sociais no espaço social do Brejo paraibano no século XXI”.

⁸ Trabalho que será realizado em estágio pós-doutoral sênior por Patrícia Ramiro junto ao Museu Nacional com a supervisão de José Sérgio Leite Lopes em 2025 com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aprovado pelo Edital CNPq nº 32/2023.

açúcar e álcool em todo o território nacional (Szmrecsányi, 1979). Através dessas revistas tivemos acesso a tabelas de produção açucareira da usina Santa Maria e algumas informações sobre financiamentos acessados pelos usineiros e suas famílias. Realizamos também pesquisa arquivística na Hemeroteca Digital, da Fundação Biblioteca Nacional, na qual acessamos diversos jornais locais que possuem matérias citando aspectos da trajetória dos usineiros pesquisados.

O Brejo paraibano

Na Paraíba existem duas regiões canavieiras: a Zona da Mata e o Brejo paraibano. O processo de ocupação e povoamento da Zona da Mata nordestina está diretamente relacionado com a produção dessa lavoura, sendo, portanto, espaço privilegiado onde surgiram os primeiros engenhos⁹ e usinas do Nordeste (Moreira; Targino, 1996). O historiador areiense Horácio de Almeida (1980), em sua obra “Brejo de Areia”, descreve a região como de solo fértil propício à agricultura, com a presença de chuvas constantes e bem distribuídas, tornando a região possuidora de água abundante, diferente de outras partes do Agreste. O Brejo paraibano também se diferencia por ser uma região de altitude, situada na região da serra da Borborema, sendo o município de Areia localizado a 622 metros de altitude (Melo, 2012; Correia de Andrade, 1997). Tais condições geográficas somadas à importância da elite local no cenário regional e nacional, como ilustra o caso de José Américo¹⁰, escritor e político de renome, fez com que a região vivenciasse diversos ciclos agrícolas e combinações de culturas, sendo que a cana-de-açúcar sempre esteve presente, ora como lavoura principal, ora como lavoura secundária da cafeicultura ou do sisal.

Todavia, importante pontuar que os senhores-de-engenho da região, embora pertencentes à aristocracia rural, não possuíam a mesma importância que os senhores do litoral, que produziam açúcar em larga escala para exportação, enquanto os “brejeiros” produziam rapadura e aguardente para o mercado local (Santos, 1986). Almeida chega a afirmar que, no brejo, “o senhor de engenho quase não se distinguia dos cabras do eito, face ao grotesco de sua postura. Andava descalço, camisa por fora das calças aos berros com a cabroeira, já acostumada aos destampatórios intempestivos daquela saudação diária” (Almeida, 1980, p.150). O autor complementa que, apesar de rústico, o senhor-de-engenho brejeiro não desprezava a educação, quando as condições permitiam pelo menos um filho pudesse prosseguir nos estudos, dirigindo-se para Recife, Rio de Janeiro, ou mesmo para a Europa (Almeida, 1980).

Além da contextualização da região pesquisada, também são necessárias algumas considerações sociológicas sobre os impactos da instalação de uma usina para compreensão adequada das transformações materiais e simbólicas intensas que passam a guiar as práticas daquele espaço social. Ressalta-se que um senhor-de-engenho se tornar um mero fornecedor

⁹ A palavra engenho surge para designar o estabelecimento rural produtor de açúcar que, de acordo com Melo (1975, p. 30), “supõe a presença de um equipamento para fabricar o produto e [...], nome que, com o tempo passaria a designar a propriedade canavieira em geral”.

¹⁰ José Américo de Almeida nasceu em 1887, no engenho Olho D'Água em Areia, se formou em 1908 na Faculdade de Direito de Recife, em 1928 publicou o célebre romance “A bagaceira”, e fez uma importante carreira política a nível regional e nacional durante a década de 1930 (Garcia Jr., 2007).

de cana para a usina significava, com o passar do tempo, conhecer uma queda na hierarquia social e a perda de seus poderes sociais, políticos e econômicos, pois agora o senhor-de-engenho é escanteado do polo regional mais moderno, a usina (Perruci, 1978; Andrade, 1986; Garcia Jr., 1989).

Cabe destacar que, nem a abolição da escravidão, principal mão-de-obra dos engenhos, trouxe tantos impactos ao mundo das elites agrárias nordestinas como a chegada das usinas, afinal, como abordado amplamente pela literatura, a abolição da escravidão não afetou a estrutura socioeconômica das *plantations* canavieiras, pois, os engenhos, que durante séculos foram sustentados pelo uso do trabalho escravo, foram preparados para não mais necessitar da escravidão (Melo, 1975; Furtado, 2005), e seus prejuízos econômicos transferidos para os trabalhadores, em más condições de trabalho e escassez de pagamento (Eisenberg, 1977).

A implantação da usina Santa Maria

Instalada em 1931 por Francisco de Assis Pereira de Mello, a partir da junção de seus três engenhos, denominados: Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho¹¹. Descendente de senhores-de-engenho na região, após cinco anos da instalação da usina faleceu em 1936¹², ficando a agroindústria sob o controle de sua esposa Consórcia Cezar Falcão e seus descendentes¹³. A referida usina pertenceu à família Pereira de Mello por duas décadas e, em 1952, foi vendida para Solon Lyra Lins, outro descendente de senhor-de-engenho da região, que a comandou até o período de sua falência em 1992.

O ano de instalação da usina Santa Maria 1931 nos chama a atenção pois era um momento histórico nada propício para a expansão de usinas. De acordo com a relevante obra do economista Tamás Szmrecsányi (1979), intitulada “O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)”, naquele período o setor açucareiro nacional encontrava-se vulnerável, pois enquanto o nível de produção de açúcar continuava a crescer dificuldades comerciais surgiam para a venda do produto, tanto no mercado externo, devido à crise de 1929 com o *crash* da bolsa de Nova York quanto no mercado interno, com o declínio do consumo. Nesse contexto, Andrade (1986, p.95) relata que “a crise, com a consequente queda do preço do açúcar que se iniciou em 1923 e atingiu o auge em 1930, teve suas consequências sobre a indústria estendidas até 1940, fazendo com que muitas usinas e muitos banguês fechassem as suas portas, apagassem seus fogos”. No caso paraibano, Osório de Andrade (1997) pontua que na Zona da Mata existiam quatro usinas em 1920, que foram reduzidas a duas em 1925.

De acordo com o Anuário Açucareiro (1936), durante a década de 1930, na Paraíba

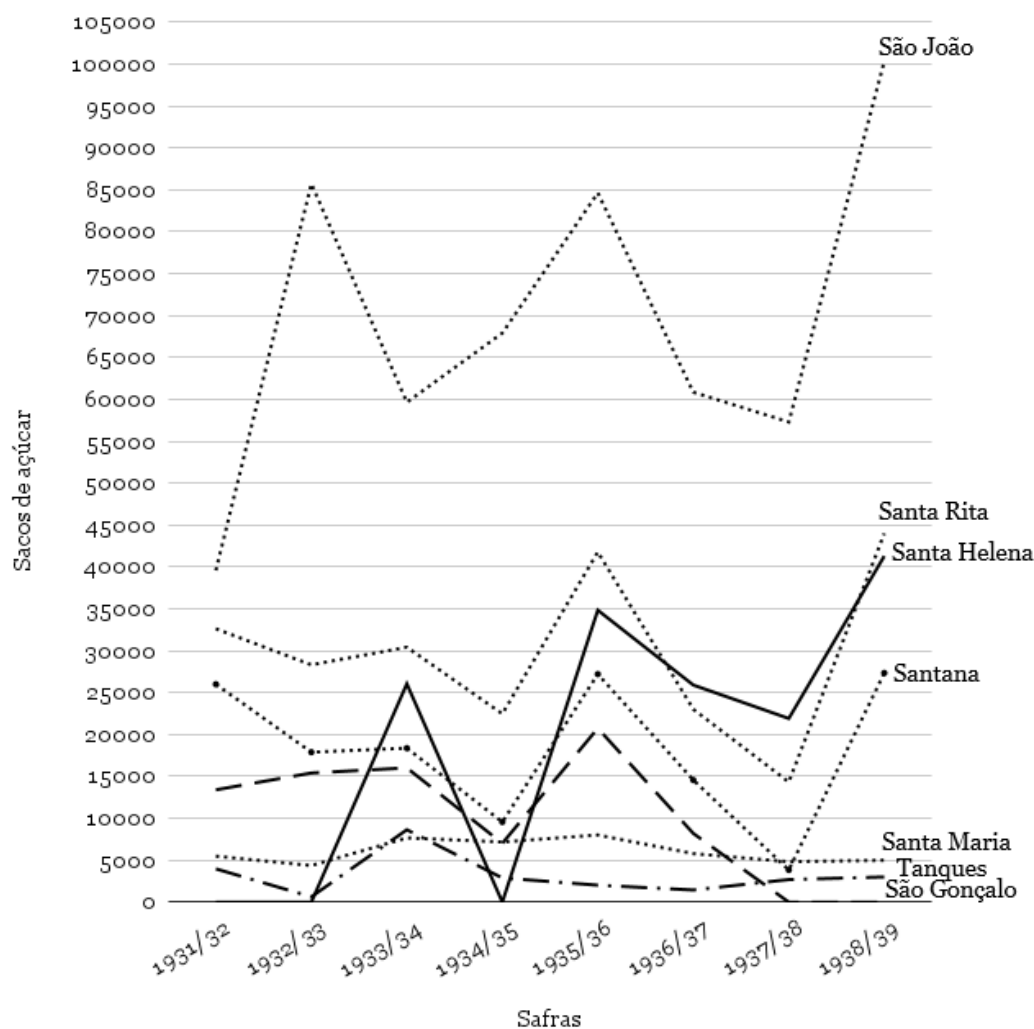
¹¹ Optamos por manter a ortografia vigente nas certidões consultadas.

¹² De acordo com a certidão de óbito Francisco de Assis faleceu de causas naturais, com 54 anos de idade.

¹³ De acordo com pesquisa documental e pesquisa de campo realizada até o momento, Francisco de Assis e Consórcia Falcão tiveram oito filhos, dos quais Nabuco de Assis (1917-1953), Nilo de Assis (1913-1960), Francisco de Assis (sem dados) e Saulo de Assis (sem dados) ficaram responsáveis pela usina, na época Nabuco com 19 anos e Nilo com 23 anos. Tais informações seguem sendo investigadas pela pesquisa em andamento citada no rodapé 3..

existiam sete usinas¹⁴, das quais a Santa Maria e Tanques estavam no Brejo paraibano, e as restantes: São João, Santa Rita, Santa Helena, São Gonçalo e Santana na Zona da Mata. O gráfico abaixo demonstra a produção em sacos de 60 quilos de açúcar de cada uma destas usinas durante as safras daquele período.

Figura 1: Produção de açúcar das usinas paraibanas na década de 1930, em sacos de 60 kg



Fonte: Anuário Açucareiro (1939, p.119). Edição: Soffiati, Caterine.

Como mostra a figura 1 acima, a usina registrou em sua primeira safra, em 1931/1932, o total de 5.487 sacos de 60 quilos de açúcar, quantidade extremamente inferior em relação às usinas da Zona da Mata. Por exemplo, na mesma safra, a usina São João produziu 39.580 sacos, uma produção cerca de sete vezes superior à da Santa Maria. Também podemos visualizar que, mesmo na safra de 1935/36, quando a Santa Maria registrou sua maior produção de açúcar na década de 1930, um total de 8.015 sacos, a qual correspondia a apenas

¹⁴ Cabe destacar que no mesmo anuário detectamos duas outras usinas: usina Espírito Santo, no município de Sapé e usina Santa Alexandrina, no município de João Pessoa. A primeira teve sua última produção na safra de 1929/30 e a segunda na safra de 1930/31. Por este motivo, ambas estão ausentes da análise aqui presente.

cerca de 3,6% do produzido no estado. A baixa produção de açúcar da usina Santa Maria se manteve durante essa década, fato que nos faz especular quais razões incentivaram a instalação da usina.

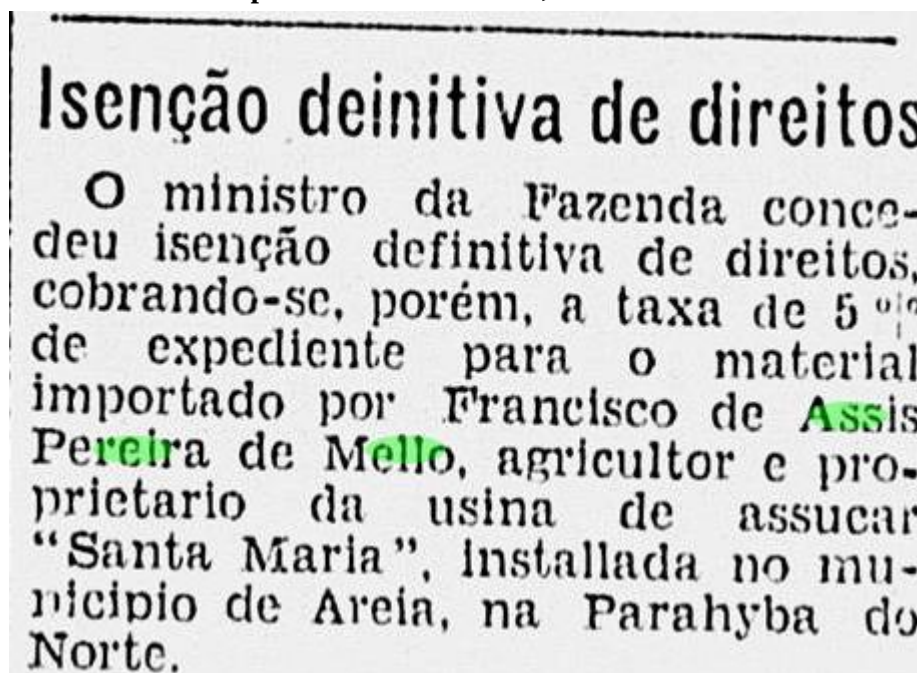
A partir da análise local temos que a lavoura canavieira voltou a ganhar importância significativa na região do Brejo paraibano, competindo na ocupação do espaço com a produção de agave, após a crise do café iniciada em 1921 (Almeida, 1980). Detectamos, através de pesquisa em jornais locais, que o primeiro proprietário era um cafeicultor antes de se tornar usineiro. De acordo com o jornal “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, de 1928, Francisco de Assis teve os seus cafezais dizimados pela praga conhecida popularmente como vermelho e, então, realizou a substituição dos cafezais pelos canaviais. Considerando esse contexto de grandes modificações agrícolas e reordenamento do espaço social, inclusive com engenhos em fogo morto¹⁵, a instalação da usina Santa Maria pode ser compreendida como uma estratégia de manter ou elevar a posição social de Francisco de Assis e sua família. Prática nominada de conservação na mudança, caracterizada por processos históricos que motivam os agentes da alta sociedade a se adaptarem às mudanças a fim de conservarem sua posição dominante em determinada hierarquia social, ou seja, como diz o ditado francês “*il faut toujours courir pour rester sur place* (é preciso correr sempre para guardar o lugar)” (Pinçon; Pinçon, 1999, p.17) .

Assim podemos entender o retorno da atividade canavieira como uma estratégia para escapar da crise na região, sendo escolhida uma cultura que já se sabia como manejar, pois, como ressaltou Moreira e Targino (1990), a atividade canavieira de forma dominante ou complementar sempre esteve presente nas combinações agrícolas no Brejo paraibano. Questionamos como Francisco de Assis, em um período de crise, conseguiu instalar a usina, ainda que não saibamos quais foram todos os capitais sociais e políticos acionados para viabilizar a criação da usina naquele momento inoportuno¹⁶. A pesquisa arquivística nos mostrou que, em 1932, o então ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, concedeu isenção para a importação do maquinário a ser utilizado na usina Santa Maria, como vemos na figura:

¹⁵ Expressão tornada célebre por ser título de um dos romances mais apreciados de José Lins do Rego, utilizada para se referir a um engenho em que a chaminé não expele mais fumaça, abandonadas as instalações de transformação da cana. O romancista explora o momento em que os antigos senhores de engenhos são transformados em simples fornecedores de cana para usina, incapazes de resistir à concorrência no mercado do açúcar.

¹⁶ O tema será analisado na tese de doutorado de Soffiati em construção.

Figura 2: Jornal anunciando a isenção de direitos do material importado pela usina Santa Maria, em 1932



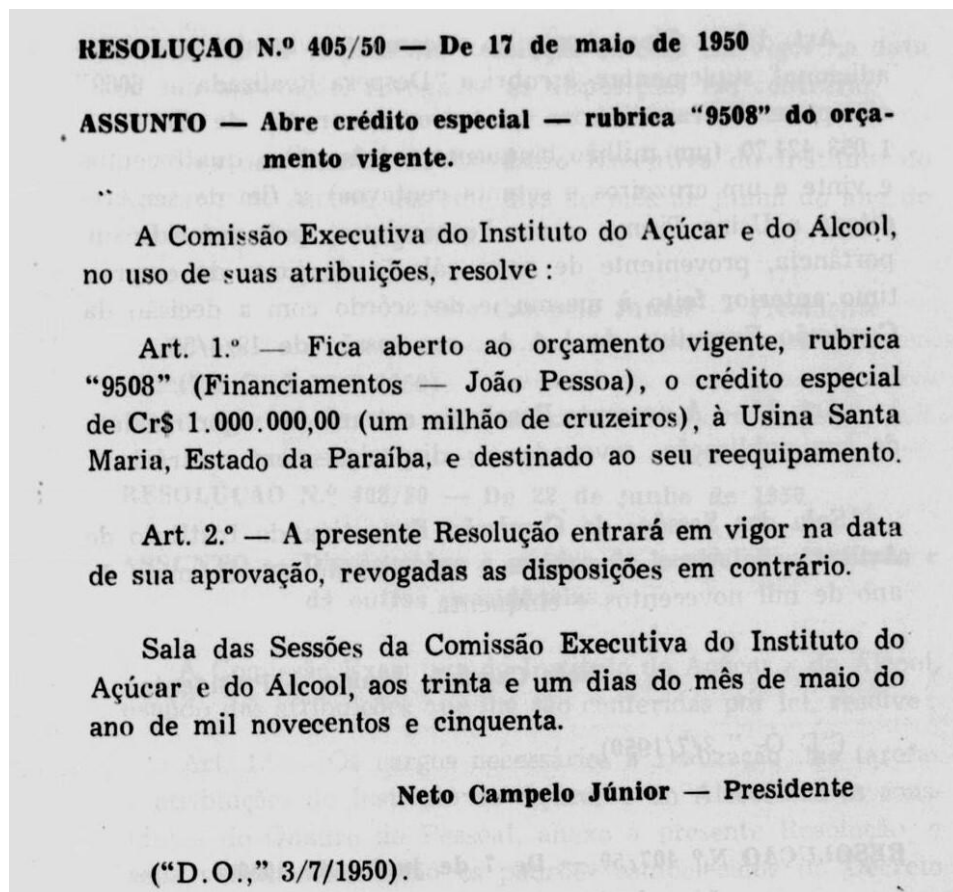
Fonte: Jornal Diário da Noite (RJ), de 1932.

É interessante pontuar que, de acordo com a pesquisa de Garcia Jr. (2007), Oswaldo Aranha, ao lado de Getúlio Vargas, Juarez Távora, Leite de Castro e José Américo, formavam uma aliança política que, em outubro de 1930, comandou o levante armado contra a oligarquia paulista sobre o poder federal, que posteriormente levou ao início da Era Vargas. Oswaldo Aranha concedendo benefícios para Francisco de Assis em 1932, um ano antes da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool¹⁷ (IAA) que regulamentou completamente o setor e criou diversos programas em benefício das elites sucroalcooleiras nordestinas, pode ser um indício da posição de privilégio que Francisco de Assis ocupava frente aos novos membros do governo, mas essa relação ainda será aprofundada pela pesquisa. No momento, podemos evidenciar que o Estado brasileiro possuiu uma importante participação na implantação da usina Santa Maria.

Após o falecimento de Francisco de Assis, em 1936, o controle da usina passou para sua esposa Consórcia Caledonia Cezar Falcão e seus filhos. Ainda durante o comando da família Pereira de Mello, em 1950, temos o registro da aprovação do financiamento do IAA para o reequipamento industrial, no valor de Cr\$ 1.000.000,00, com juros de 7% ao ano, como vemos reproduzido na figura 3:

¹⁷ Criado em junho de 1933, durante o governo de Getúlio Vargas e durante o período de Juarez Távora como Ministro da Agricultura.

Figura 3: Crédito especial para reequipamento da usina Santa Maria em 1950



Fonte: Revista Brasil Açucareiro, 1950.

Todavia, mesmo com o acesso aos créditos industriais disponibilizados pelo Estado, a usina continuou a produzir uma quantidade irrisória de açúcar, sendo produzidos em média, durante o controle da família Pereira de Mello (de 1931 a 1951), aproximadamente 10.910 sacos de açúcar por safra, o que representava apenas cerca de 3,6% da produção paraibana, conforme tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Produção de açúcar da usina Santa Maria durante o controle da família Pereira de Mello, 1931 a 1951

Safras	Produção de açúcar da usina em sacos de 60 quilos	Produção da usina em relação a produção paraibana (%)
1931/32	5.487	4,53%
1932/33	4.367	2,87%
1933/34	7.664	4,77%
1934/35	7.180	6,14%
1935/36	8.015	3,66%
1936/37	5.788	4,14%
1937/38	4.824	4,60%
1938/39	5.000	2,26%
1939/40	15.092	4,62%
1940/41	12.641	4,90%
1941/42	11.082	3,25%
1942/43	15.670	4,43%
1943/44	12.808	2,98%
1944/45	14.882	3,26%
1945/46	21.368	4,07%
1946/47	17.807	3,48%
1947/48	13.590	3,48%
1948/49	20.868	3,27%
1949/50	11.450	2,38%
1950/51	8.440	1,48%
1951/52	5.095	1,06%

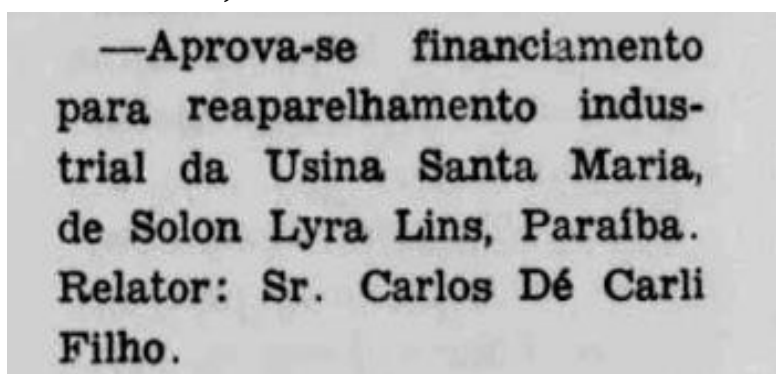
Fonte: Anuário Açucareiro (edições: 1936, 1939, 1943, 1948, e 1952).

No ano de 1952 a usina foi vendida para Solon Lyra Lins, também descendente de senhores-de-engenho na região, que a comandou até 1992. Foi sob o controle do Solon Lins que a usina aumentou sua produção, expandiu seu parque industrial e seu patrimônio fundiário, como veremos no próximo tópico.

O Estado e a expansão do patrimônio fundiário

Com a pesquisa arquivística podemos detectar que, nos primeiros anos da usina Santa Maria sob o comando de Solon Lins, ocorreu um aumento na produtividade de açúcar em relação ao período da família Pereira de Mello. Sob o controle do segundo proprietário, na safra de 1961/1962, a usina produziu 76.656 sacos de açúcar, o que representou um aumento de cerca de 258% em relação à maior produção de açúcar durante a gestão da família Pereira de Mello, que foi na safra de 1945/46, quando foram produzidos 21.368 sacos. Também visualizamos através de matéria do jornal paraibano “O Norte” (1953) o acesso de Solon Lins a créditos de equipamento agrícola em 1953 e, em 1963, conforme ata da Comissão Executiva do IAA publicada na “Revista Brasil Açucareiro” (1964) acesso ao financiamento para o reaparelhamento.

Figura 4. Ata da 103ª da Comissão Executiva do IAA, sessão ordinária, realizada em 4 de setembro de 1963



Fonte: Revista *Brasil Açucareiro*, janeiro/fevereiro 1964, p.23.

Mas, o que mais nos chamou a atenção foi que somente a partir de 1976, após a usina Santa Maria ser enquadrada no Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que seu parque industrial atingiu dimensões inalcançadas até então. O Proálcool foi instituído pelo decreto nº 76.593, em 14 de novembro de 1975, tendo o objetivo de, segundo a Exposição de Motivos e Conjunta, “expandir rapidamente a produção do [álcool] e viabilizar o seu uso progressivo como combustível, através de crescentes proporções de mistura, e como matéria-prima para a indústria química, além de assegurar o [seu] fornecimento para outros usos” (*apud* Szmrecsányi, 1979, p.436). Os autores Aragão e Pakman (1991) explicam que, a partir de 1975, ocorre uma retração na demanda internacional de açúcar e, no mesmo período, a crise do petróleo impactava negativamente na economia do país. Tais fatores foram essenciais para a implementação do Proálcool que, de um lado, salvava a indústria sucroalcooleira da crise e, de outro, criava o álcool como alternativa para abastecer os veículos automotores.

Com o Proálcool, o objetivo de expandir rapidamente a produção de álcool do país ocorreu “através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, de modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas” (Szmrecsányi, 1979,

p.438). Nesse contexto, em 1978, é inaugurada a destilaria anexa da usina, intitulada de Santa Maria.

Apesar das vantagens oferecidas pelo programa para a fabricação do produto e do cenário economicamente favorável para a sua comercialização, em decorrência da fabricação no país de carros movidos a álcool, notamos que a usina Santa Maria, continuou a concentrar sua atividade produtiva no açúcar na década de 1980, como podemos visualizar na tabela 2 a seguir¹⁸.

Tabela 2: Quantidade de cana moída na usina Santa Maria em toneladas por produto, açúcar e álcool, da safra de 1982 a 1992

Safras	Total Cana Moída (t)	Cana moída para produção de açúcar (t)	%	Cana moída para produção de álcool (t)	%
1982/83	456.016	400.632	88	55.384	12
1983/84	400.244	344.744	86	55.504	14
1984/85	439.472	326.022	74	113.450	26
1985/86	408.953	245.126	60	163.828	40
1986/87	353.435	147.206	42	206.229	58
1987/88	342.780	206.815	60	135.965	40
1988/89	347.625	209.931	60	137.695	40
1989/90	315.074	189.755	60	125.319	40

Fonte: Livro de produção diária, disponível no processo de falência da Usina Santa Maria.

Para termos ideia do crescimento produtivo de açúcar da usina, na safra de 1970/71 a usina produziu 101.100 sacos de 60 quilos e na safra de 1978/79, após o Proálcool, a produção foi de 438.000 sacos, o que representa um aumento de cerca de 333%. Na safra de 1982/83 a usina registrou um novo aumento, produzindo 515.600 sacos de 60 quilos, que foi a maior produção de açúcar da sua história. Na mesma safra, a usina esmagou a maior quantidade de cana da sua história, moendo um total de 456.016 toneladas, das quais 88% foram destinados à produção de açúcar e 12% para a produção de álcool. Por outro lado, sua produção alcooleira, mesmo após o Proálcool, era irrisória, a maior produção de álcool da usina ocorreu na safra de 1986/1987 sendo produzidos 12.483 litros, quantidade que representava cerca de 0,56% do álcool nordestino e 0,11% do álcool brasileiro (UNICA).

Outro ponto que nos chama atenção, ainda que o financiamento do Proálcool fosse destinado a montagem de destilarias, a fim de aumentar a produção alcooleira nacional, a usina Santa Maria, ao contrário do esperado, adquiriu a maior quantidade de propriedades em sua história.

¹⁸ Cabe dizer que mesmo que saibamos que a destilaria Santa Maria foi instalada em 1978, não conseguimos, até o momento, o acesso aos dados das safras da década anterior.

Na tabela 3 a seguir¹⁹, construída a partir de certidões de propriedades e escrituras públicas de compra e venda, do Acervo Documental da Usina Santa Maria, demonstramos a expansão fundiária a partir da década de implantação do Proálcool até o ano do último registro de compra de propriedade, em 1988.

Tabela 3: Expansão fundiária da usina Santa Maria desde 1970 até 1988

Período	Quantidade de propriedades compradas	Quantidade de hectares comprados (aproximadamente)
Antes da década de 1970	6	2.000
1970-1974	3	669,45
1975-1979	16	2.110,82
1980-1984	2	133
1985-1988	6	534,76
Total	33	5.448

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Como podemos observar, durante a década de 1970, a usina Santa Maria registrou o auge de expansão fundiária. Nesse período, foram obtidos cerca de 2.780 hectares, que correspondem a pouco mais da metade dos 5.448 hectares adquiridos durante seus cerca de sessenta anos de funcionamento, ou seja, um aumento de 51%, uma cifra considerável.

Cabe destacar que esse crescimento é em sua maioria, em terras previamente ocupadas por engenhos, como já percebido por Garcia Jr. (1989) durante sua pesquisa de campo na região na década de 1970. O autor constatou que nesse período a concorrência entre engenho e usina por terras havia grandemente se acentuado (Garcia Jr., 1989, capítulo 7), fato que os documentos se encarregaram de corroborar. Desse modo, tal década, além de ser um marco de declínio dos senhores-de-engenho, reduzidos a fornecedores, também é marcada por uma outra forma de declínio dos senhores-de-engenho, a venda de suas próprias terras para a usina forçando a busca de reconversão para outras atividades.

Cabe pontuar que o aumento acentuado de terras ocorreu sobretudo no final da década de 1970, como visualizamos na tabela 3, em um período de cinco anos, de 1975 a 1979, a usina comprou cerca de 2.110 hectares, o que corresponde a aproximadamente 38% do total adquirido. Diferente da primeira parte da década de 1970, marcada por uma expansão para terras vizinhas à sede, na segunda metade as propriedades adquiridas alcançaram também terras mais distantes, estendendo o domínio da usina para o município de Serraria, distante um pouco mais de 30 quilômetros do município de Areia. De 1976 a 1978, as propriedades adquiridas possuíam em média 114 hectares, um tamanho cerca de 51% inferior às

¹⁹ Cabe pontuar que a tabela foi construída a partir dos documentos existentes, e que é possível que a usina ou o Solon Lyra Lins possuísem mais propriedades, mas que não encontramos registro documental. Outro ponto necessário de ser apresentado é que o tamanho das propriedades não é um dado exato e sim uma aproximação, pois algumas propriedades possuem mais de um documento que apresentam quantidades de hectares diferentes, sendo a maior diferença encontrada de 100 hectares.

propriedades adquiridas de 1971 a 1975. Tal fato demonstra que, no período auge de expansão, amplia-se a área de concorrência de terras entre engenho e usina e até pequenas propriedades, que não necessariamente eram do interesse da usina, entram na disputa.

Nesse cenário, podemos supor que tal aquisição de terras poderia ser utilizada para aumentar a quantidade de cana própria esmagada pela usina e, desta maneira, aumentar a produção, mas observamos o contrário. De acordo com os dados do Instituto do Açúcar e do Alcool (Braga de Sá, 1980 *apud* Garcia Jr., 1989, p.218), temos que, na safra 1978/79, do total de 337.970 toneladas moídas, apenas 16.598 foram de cana própria, valor que corresponde a 5% do total. Nesse sentido, tal quantidade de cana própria moída foi muito similar à da safra de 1956/57, quando foram moídas 15.847 toneladas e a usina possuía uma quantidade extremamente inferior de terras, cerca de 700 hectares. A alteração desse cenário só será percebida na década seguinte, na safra de 1985/86, quando ocorre a paridade entre o percentual de cana moída oriunda da usina e de fornecedores.

Ora, se as terras adquiridas não contribuíram com a produção da usina na segunda metade da década de 1970, o que justificaria tal investimento? Sobre essa questão, temos duas hipóteses. De acordo com Graziano da Silva (1982), a terra além de ser uma reserva de valor, também possibilita o acesso a outras vantagens, como os créditos rurais e incentivos fiscais. Borges (1985) descreve que, no Brasil, a maioria dos créditos rurais são alicerçados mediante garantia real, que são aquelas que vinculam um bem ao acordo realizado, se materializando, por exemplo, em hipotecas (para bens imóveis) e penhores (para bens móveis). Foram encontrados registros de dezenove propriedades em nome da usina, ou em nome do próprio Solon Lins, hipotecadas ao Banco do Brasil ou Banco Itaú. Destaca-se que os primeiros registros de hipotecas encontrados no acervo da usina foram a partir de 1978, ano em que a usina realizou a operação de crédito do Proálcool com o Banco do Brasil. Desse modo, podemos considerar que o aumento na aquisição de terras a partir de 1976 se relaciona com o enquadramento da usina Santa Maria no Proálcool, pois, a partir desse momento a terra seria necessária como garantia real para as operações de créditos realizadas em 1978, justificando o auge de expansão de terras nos anos imediatamente anteriores. Inclusive, das nove propriedades hipotecadas para o Proálcool, seis foram compradas após 1975.

Em contrapartida, seria um equívoco associar a compra de terras somente a razões econômicas e, sendo assim, eis nossa segunda hipótese. Considerando que uma propriedade hipotecada continua na posse de seu proprietário, o mesmo, além de detentor das vantagens econômicas da terra, detém também o poder social a ela atrelado. Nesse cenário de reordenamento agrário, a aquisição de terras por parte do usineiro também pode significar uma estratégia de manutenção ou elevação do poder social local, mostrando sua superioridade frente aos senhores-de-engenho. Ao mesmo tempo, aumenta sua clientela de moradores, categoria explicativa da relação de dominação personalizada que se refere a uma determinada condição de sujeição a que se submete o trabalhador após o ato de “pedir morada”, na qual está implícita a contrapartida, não apenas do trabalho, mas da lealdade ao patrão, muito bem interpretada, especialmente, por Palmeira (2009) e Garcia Jr. (1989)²⁰.

²⁰ Para se ter uma ideia, no momento da desapropriação de terras da usina a partir de 1996, foram assentadas oitocentas famílias de ex-moradores (Ramiro, 2022), ainda que saibamos que nem todos permaneceram, nos dá uma dimensão da categoria.

Dessa forma, a acumulação de terras poderia dar acesso à riqueza materializada em recursos monetários obtidos através de empréstimos vinculados a taxas de juros negativas e, igualmente, à ampliação do poder tradicional obtido com clientela de dependentes.

Considerações finais

Como vimos no desenrolar deste artigo, no caso das duas famílias, o Estado foi uma ferramenta importante tanto para a implantação da usina, bem como para ampliação do patrimônio fundiário. No caso da primeira família, Pereira de Mello, o Estado garantiu isenção de direitos para a importação do maquinário para a instalação da usina em um período de crise de comercialização do açúcar e de fechamentos de usinas no país. No segundo caso, a família Lyra Lins, acessa créditos estatais destinados ao aumento da produção alcooleira, para expandir seu patrimônio fundiário, ao mesmo tempo em que amplia seu poder e dominação personalizada na região.

Os resultados obtidos até o momento, nos fazem reafirmar as contestações de Garcia Jr. (1989, p.227) de que a reprodução das condições sociais de produção da usina Santa Maria só foi possível através do Estado “servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante”. Conforme Guilherme Delgado (1985) já constatou, e essa pesquisa empiricamente situada reforça, a política de créditos constitui o principal mecanismo do Estado com os interesses agroindustriais, ou seja, o uso do aparato estatal em prol das elites agrárias nacionais.

Todavia, nesse caso, mesmo com o acesso a tais investimentos, a usina Santa Maria durante seu período de funcionamento continuou a ocupar um local periférico, tanto na produção de açúcar, como na de álcool. A própria localização subalterna no setor, tanto regional, quanto nacional, somadas às características sociais da elite brejeira, nos mostra que ainda que os dois usineiros e suas famílias estivessem enquadrados entre no perfil dos beneficiários para acesso aos créditos e subsídios estatais, o mesmo não ocorreu para administrá-los conforme o esperado pelo governo brasileiro.

Por fim, nos anos 1990, a usina Santa Maria não foi a única a fechar suas portas no Nordeste (cf. Rosa, 2011; Sigaud; L’Estoile, 2001), mas serve como um caso ímpar de uma mudança estrutural que fez do latifúndio da *plantation* canavieira em terra de reforma agrária.

Referências

- ALMEIDA, H. *Brejo de Areia: memórias de um município*. 2. ed., João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1980.
- ANDRADE, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1986.
- ANDRADE, G. O. *O rio Paraíba do Norte*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.
- ARAGÃO, P. O. R.; PAKMAN, E. T. O PROÁLCOOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia*, Campina Grande, n. 8, p. 113-114, 1991. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/551/525> Acesso dez. 2024.

- BERNARDO, V. P.; RAMIRO, P. A. Trabalhadores(as) Rurais, Direitos e Justiça do Trabalho no Brejo Paraibano. In: Roberto Vêras de Oliveira. (Org.). *Trabalho na Paraíba: a condição precária sob vários prismas*. 1ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2023. p. 167-185.
- BERNARDO, Vilma Pires. Luta por direitos trabalhistas e luta pela terra no brejo paraibano: o caso da Usina Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2024.
- BORGES, M. A. *Crédito rural*. Assistência técnica produtividade. *Revista da Faculdade de Direito da UFG, Goiânia*, v. 9, n. 1-2, p. 9-20, 1985.
- BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: _____(org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 159-166.
- CORREIA DE ANDRADE, M. *O rio Mamanguape*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.
- DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- EISENBERG, P. L. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.
- FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. 32º ed. Brasília, DF: Companhia Editorial Nacional, 2005.
- GARCIA JR., A. R. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. – São Paulo, SP: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.
- GARCIA Jr., A. R. Os Vice-Reis do Norte: Reconversão de Elites Agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). *Revista de Ciências Sociais*, vol. 38, n. 2, p. 73 - 87, 2007.
- MELO, M. L. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.
- MELO, M. L. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Recife: Cepe, 2012.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 1996.
- PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional, in: WELCH, C. A. et. al.(org.). *Camponeses brasileiros*, São Paulo/ Distrito Federal: Editora UNESP/ NEAD, p. 203-215, 2009.
- PARPET, M.-F; RAMIRO, P. A. La “cachaça”: boisson d’esclave ou boisson d’élite? Reconversions de ‘senhores de engenho ‘do Brejo de l’Etat de Paraíba au Brésil. *Psihologia Socială*, n. 42, p. 75-91, 2018.
- PASQUALI, P. Combinar etnografía y sociohistoria: de la unidad de las ciencias sociales a la complementariedad de los métodos. *Revista Colombiana de antropología*, vol. 54, nº 1, p. 31-57, 2018. Disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/381/319> Acesso dez. 2024.
- PERRUCCI, G. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. A teoria de Pierre Bourdieu aplicada às pesquisas sobre a grande burguesia. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n.25, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23664/21259> Acesso dez. 2024.

- RAMIRO, P. A. O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste e o acesso à condição camponesa. Estudos Sociedade e Agricultura, CPDA, Rio de Janeiro, p. 1-26, 2022. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa30-2_st03/e2230209pdf Acesso dez. 2024.
- RAMIRO, P. A. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias*, v. 23, p. 460-466, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/102915/64152> Acesso dez. 2024.
- ROSA, M. *O engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro : Garamond, 2011.
- SAINT-MARTIN, M. *L'espace de la noblesse*. Paris : Métailié, 1993.
- SANTOS, M. H. dos. *Fabricação de rapadura na Paraíba: estudo sócio-econômico*. Dissertação Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1986.
- SIGAUD, L. ; L'ESTOILE, B. de (orgs.), Occupations de terres et transformations sociales, *Cahiers du Brésil Contemporain*, nº 43/44, 2001.
- SILVA, G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SOFFIATI, C. Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria. 2022. 165 p. *Dissertação (Mestrado em Sociologia)*, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa, 2022.
- SZMRECSÁNYI, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil: (1930-1975)*. Série Teses e Pesquisas. Hucitec – Unicamp: Campinas, 1979.
- VIAN, C. E. F.; CORRENTE, K. Meios de Difusão de Informações Setoriais no Complexo Agroindustrial Canavieiro Nacional: Um Estudo Prospectivo e uma Agenda de Pesquisa. Heera: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, vol. 12, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26639> Acesso dez. 2024.

Recebido em: 05-01-2024
Modificado em: 19-03-2024
Aceito em: 20-06-2024

Caterine Soffiati Cabral

Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: caterinesoffiati@gmail.com

Patrícia Alves Ramiro

Pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), doutora em Sociologia pela UFSCar, mestre em Ciências Sociais pela UFRN. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-2. Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com